



Um olhar sobre o primeiro Guia de Livros didáticos de Matemática para a Educação de Jovens e Adultos - PNLD EJA

Adriano Vargas Freitas
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Brasil
adrivargas@uol.com.br

Armando Traldi Júnior
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de São Paulo
Brasil
atraldi@pucsp.br

Resumo:

Este artigo apresenta parte de pesquisa que visa analisar políticas públicas direcionadas à Educação de Jovens e Adultos na área de matemática, com destaque para a elaboração do primeiro Guia de Livro Didático em EJA, dentro do Programa Nacional implementado pelo MEC. A pesquisa de cunho qualitativo apresenta caráter exploratório descritivo e é referenciada por Gil (2008), Mello (2009) e Saviani (2007), entre outros autores. Na seleção dos livros de matemática, foi verificada a busca por obras que propiciassem ao aluno de EJA o domínio de ideias matemáticas, buscando formas de envolvê-lo em projetos que tenham reais significados para ele, como uma resposta a uma demanda própria ou da sua coletividade, e apresentando a matemática como uma ciência fundamental em um processo de construção de um indivíduo incluído em uma sociedade que lida com um volume crescente de informações.

Palavras chave:

Educação de Jovens e Adultos, Educação Matemática, Programa Nacional do Livro Didático, Políticas públicas em EJA.

**Características da pesquisa:
quem lança o olhar, que tipo de olhar, e o que pretende entender.**

Durante o ano de 2010, um dos focos de atenção do Grupo de Pesquisa Organização, Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores de Matemática do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi delineado como sendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse foco, algumas questões de estudo envolvendo Educação Matemática foram lançadas e desenvolvidas no período, dentre as quais podemos destacar: Quais currículos escolares são indicados e praticados em nossas escolas? Como preparar professores para atuarem nessa modalidade de ensino? Quais os materiais didáticos disponíveis?

No desenvolvimento de análises sobre essa terceira questão envolvendo os materiais didáticos, acompanhamos a elaboração e implementação do primeiro Guia de Livros Didáticos direcionados para EJA, como parte do programa desenvolvido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) denominado Programa Nacional do Livro Didático para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA).

Na busca de entendermos o desenvolvimento desse importante e inovador projeto de política pública que visa proporcionar a oportunidade de retorno à escola para uma parcela significativa da população brasileira que por motivos diversos dela se afastou, e agora deseja (ou necessita) retornar, desenhamos uma pesquisa de caráter qualitativo, de cunho exploratório e descritivo, visando buscar dados que possam propiciar o esclarecimento de algumas problematizações a respeito dessas políticas públicas, tais como sua eficácia e possíveis contribuições para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Pretendíamos com essa pesquisa, obter uma visão geral acerca da implementação do PNLD EJA para que posteriormente pudéssemos formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Daí a escolha na pesquisa exploratória que, de acordo com Gil (2008), de todos os tipos de pesquisa, “são as que apresentam menor rigidez no planejamento” (p.27), o que não deve significar falta de rigor. Por isso, para o seu desenvolvimento recorremos a uma vasta revisão de literatura sobre o tema e coleta e análise de importantes documentos nacionais e internacionais.

Neste artigo daremos destaque a dois tipos de análises descritivas decorrentes desse processo:

- 1) a história da EJA no Brasil como forma de entender a elaboração e implementação de documentos oficiais direcionados a essa modalidade de ensino, e
- 2) o primeiro Guia do Livro Didático elaborado no PNLD EJA em matemática.

Consideramos que o ineditismo desse tipo de política pública em nosso País, aliado à necessidade de urgência na implementação de medidas que proporcionem a melhoria de qualidade educacional, social e cultural, são características que por si só, justificariam tal pesquisa e indicariam suas possíveis contribuições acadêmicas para a Educação Matemática na modalidade EJA.

Um breve olhar sobre a história da EJA no Brasil.

A história de políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos em nosso País nos mostra que, já em meados da década de 1920 surgiram campanhas

organizadas por dirigentes políticos para a erradicação do analfabetismo. Destacamos, porém que, de acordo com Saviani (2007), as reais intenções dessas campanhas visavam principalmente ampliar a quantidade de votos de determinados candidatos políticos, pois o direito de voto estava condicionado à alfabetização do cidadão.

Nas décadas seguintes os brasileiros puderam acompanhar uma sucessão de campanhas públicas que aos poucos começaram a se firmar, tendo em vista a instituição do ensino primário obrigatório para todos na Constituição de 1934. Entretanto, muitas dessas campanhas eram ainda concebidas tendo por base ideias que infantilizavam a educação direcionada aos adultos analfabetos, percebido muitas vezes como uma pessoa marginalizada e incapaz, tanto no sentido social quanto no psicológico.

No início da década de 1960 começa a despontar novos entendimentos para a expressão “educação popular”, passando a ser vista como instrumento de conscientização das massas a partir da possibilidade da tomada de consciência da realidade do País.

A expressão “educação popular” assume então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente. (SAVIANI, 2007, p.315).

Diversos segmentos da sociedade de diferentes partes do País se mobilizam para a discussão dessa mudança de paradigmas educacionais e análises da realidade brasileira. Surgem os Centros Populares de Cultura (CPCs) e os Movimentos de Cultura Popular (MCPs), entre outras organizações que objetivavam a transformação das estruturas sociais vigentes e a valorização da autêntica cultura nacional por considerar que a educação brasileira deveria estar centrada na própria cultura do povo.

Todos esses movimentos, de acordo com Saviani (2007), serviram de base às reflexões de Paulo Freire e seus novos princípios orientadores para a revisão das ideias pedagógicas relacionadas ao trabalho educacional com jovens e adultos, tais como o entendimento de que o analfabetismo é uma consequência da exclusão social, econômica e cultural, e não uma causa.

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 1977, p.32).

A experiência de Freire na alfabetização que buscava entender o estudante adulto em suas especificidades, e com especial atenção à valorização dos seus conhecimentos prévios, lhe abre as portas para o convite para assumir a coordenação nacional do Plano Nacional de Alfabetização em 1963. Porém, o golpe militar ocorrido no ano seguinte

interrompe essa onda desenvolvida em torno da busca por uma educação popular e democrática.

Anos depois é implementado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que ainda mantém algumas características do método de alfabetização desenvolvido por Freire, mas sem a problematização conscientizadora da realidade do educando.

Os anos de 1980 trazem a gradual abertura política, e com ela uma renovação de forças nos movimentos sociais. Nesse contexto, acompanhamos a extinção do Mobral, e o surgimento de iniciativas diversas direcionadas para a alfabetização de jovens e adultos. Em paralelo, ocorre o fortalecimento de agências e fundações de fomento à pesquisa e ao ensino, o desenvolvimento de pesquisas direcionadas para a alfabetização e a criação de importantes revistas na área de educação.

Era momento propício para uma revisão pedagógica que reestruturasse os princípios norteadores da educação nacional. Surge então a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN n.9394/96), de onde destacamos:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...)

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (...) (BRASIL, 1996).

Esses novos tempos trazem campanhas de alfabetização realizadas via programas de televisão especialmente elaborados para este fim, e o desenvolvimento de novos materiais didáticos. Nos anos que se seguiram, a modalidade de EJA passou a ser incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o MEC desenvolveu novas políticas públicas de compra e distribuição de materiais didáticos, entre eles, para a modalidade de EJA (MELLO, 2009). Como parte do PNLD EJA, o MEC lança em 2009 edital relacionado à aquisição de materiais didáticos direcionados para EJA¹. Tem início uma nova etapa nessa longa jornada da EJA.

Uma nova etapa: O processo de avaliação e seleção dos livros didáticos do PNLD EJA

Lançado em setembro de 2009, esse edital foi um dos primeiros passos dados pelo MEC, em consonância com estudos e debates anteriores promovidos por diversas entidades e programas² no sentido de adquirir material didático especialmente elaborado para o

¹ Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras e coleções didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos - PNLD EJA 2011. (BRASIL, 2009).

² Destacamos o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUB) e o Plano de Metas Nacionais “Todos pela Educação”, que já em 2009 pregava o direito dos alunos de EJA ao livro didático, promovendo ações como a do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). O PBA foi implementado a partir de 2003 em todo o território nacional, e é voltado para a alfabetização de jovens e adultos, em especial em municípios que

ensino em EJA. Para prover as entidades parceiras do projeto Brasil Alfabetizado, o Edital convoca os editores para a inscrição no processo de avaliação e seleção de obras/coleções didáticas para as redes de ensino público que ofereçam a modalidade ensino EJA. De forma inédita, foram aceitas obras elaboradas em formatos diversos, podendo ser em volume único ou vários, com proposta pedagógica do tipo disciplinar, interdisciplinar ou as duas, abrangendo os componentes curriculares mínimos nas áreas de conhecimento dos primeiros segmentos do Ensino Fundamental, conforme nos é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1:

Organização das etapas de EJA e seus componentes curriculares

Etapas da Educação de Jovens e Adultos		Componentes curriculares mínimos
Primeiro Segmento ou Anos Iniciais ou 1 ^o ao 5 ^o Ano do Ensino Fundamental	Alfabetização	Letramento e Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática
	2 ^o ao 5 ^o ano	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências
Segundo Segmento ou Anos Finais ou 6 ^o ao 9 ^o Ano do Ensino Fundamental	6 ^o ao 9 ^o ano	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências; Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol)

Fonte: PNLD EJA 2011, Edital (p. 4). BRASIL, 2009.

Após o processo de inscrição, as obras passaram por uma triagem e uma pré-análise no intuito de verificar o enquadramento da obra nos critérios propostos no edital, dentre eles, a obrigatoriedade de oferecer um Manual do Educador adequadamente elaborado para esta finalidade, e que não fosse apenas uma cópia do Livro do Aluno com os exercícios resolvidos. De acordo com o edital:

É necessário que ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereça, também, discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do educador. (BRASIL, 2009, p.4).

Somente após essas etapas, a obra estaria pronta para passar pela avaliação pedagógica, de acordo com os princípios e critérios previamente estabelecidos. Mello (2009) destaca, porém, a carência de parâmetros gerais para a escolha de materiais didáticos, a complexidade do tema e importância na produção de documentos norteadores³,

apresentem taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% (90% desses municípios encontram-se na região Nordeste). Fonte: Portal do MEC, endereço: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content&view=article. Acesso em 04.01.11.

³ Na condução dessas reflexões, é apresentado um documento elaborado pela UNESCO (2005) que destaca as características essenciais para que os materiais didáticos possam contribuir para uma educação de qualidade. Intitulado “*Stratégie globale d’élaboration des manuels scolaires et matériel didactique*”, este documento indica a promoção da melhoria da qualidade dos materiais de acordo com as pesquisas sobre uma educação de qualidade em matéria de conteúdo e apresentação dos manuais escolares, além de auxiliar a elaboração de políticas públicas que assegurem de forma contínua o fornecimento durável de materiais didáticos.

afinal, como contemplar as diferentes situações de EJA existentes em função dos públicos diferenciados e das diferenciadas formas de oferta existentes? Na tentativa de indicar possíveis caminhos para a realização de uma seleção de obras didáticas de qualidade que se adequem às diferentes características do alunado de EJA, o edital destaca o ineditismo da ação e a vontade de superar antigos problemas:

Esta iniciativa reveste-se de importância especial, pois representa a primeira ocasião em que Coleções Didáticas destinadas a EJA serão objeto de uma chamada pública para participarem de um processo de avaliação sistemática. (...) Com esta iniciativa o Ministério da Educação busca fomentar a produção de obras didáticas que superem o quadro atual das produções existentes caracterizadas, por vezes, por mera redução de conteúdos da educação básica regular, baixa qualidade do projeto gráfico-editorial, e, de modo geral, por propostas inadequadas sob a perspectiva didático-pedagógica, pois alheias às diretrizes educacionais formuladas para EJA. (Brasil, 2009, p.29).

Foi estabelecida uma parceria entre o MEC e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para nos primeiros bimestres de 2010 ter início o processo de seleção e avaliação dos livros didáticos para EJA. Diversos especialistas no campo da pedagogia e das diversas áreas do conhecimento foram envolvidos nesse processo.

A seleção desses especialistas observou os seguintes critérios: pesquisador ou professor da área de conhecimento específico; experiência em trabalhos com livros didáticos; vínculos com o ensino básico; curso de pós-graduação; experiência com Educação de Jovens e Adultos. Na composição dessa equipe procurou-se garantir a representatividade nacional entre os professores, evitando-se a concentração de avaliadores de alguns estados da federação. Assegurou-se, também, que todos os participantes do processo não fossem autores de livros didáticos nem tivessem vínculos com editoras. (BRASIL, 2010, p.24)

Essa equipe de especialistas foi reunida na cidade de Natal a partir de junho de 2010, e a partir desse primeiro encontro, ficaram definidas as formas avaliativas e a condução de todo processo por meio de um roteiro pré-estabelecido em formato de uma “Ficha de avaliação e seleção de obras e coleções didáticas” em que os tópicos a serem analisados nos livros didáticos ficaram divididos em 4 blocos subdivididos em critérios, conforme demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2:

Critérios utilizados na avaliação e seleção dos livros didáticos

Bloco I	Bases legais, diretrizes educacionais para EJA e princípios éticos	Critério 1	Legislação, diretrizes e normas oficiais relativas à Educação básica e especificamente à EJA
		Critério 2	Princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano
Bloco II	Livro do Aluno	Critério 3	Proposta didático pedagógica
		Critério 4	Conceitos e conteúdos
		Critério 5	Procedimentos metodológicos
		Critério 6	Atividades e exercícios
		Critério 7	Proposta didático-pedagógica da obra/coleção

Bloco III	Manual do Professor	Critério 8	Procedimentos e atividades
		Critério 9	Prática docente
Bloco IV	Projeto gráfico-editorial	Critério 10	Estrutura editorial e projeto gráfico
		Critério 11	Convenções e normas da língua portuguesa
		Critério 12	Características de ergonomia visual no projeto gráfico em seus elementos tipográficos e de layout
		Critério 13	Uso da iconografia
		Critério 14	Elementos pós-textuais

Fonte: PNLD EJA 2011. BRASIL, 2010.

Porém, mesmo tendo por base esses critérios, a avaliação mostrou-se bastante complicada devido principalmente à diversidade de propostas didáticas do material a ser analisado, pois conforme comentado anteriormente, o edital abria diversas possibilidades de abordagem (disciplinar, interdisciplinar ou combinação das duas) e destinadas aos diferentes segmentos do ensino fundamental. Segundo os organizadores, “o ineditismo da proposta acentuou essa complexidade, pois não havia modelos anteriores que servissem de referência” (Brasil, 2010, p.24). Foram estabelecidos os seguintes procedimentos de trabalho:

- . os livros com proposta pedagógica disciplinar foram analisados por dois avaliadores de cada área/disciplina específica. Por exemplo, uma obra disciplinar que contemplava seis componentes curriculares foi analisada por 12 avaliadores diferentes.
- as obras com proposta pedagógica interdisciplinar foram analisadas por um avaliador de cada área/disciplina e um avaliador de coleção que observou o conjunto da obra. Por exemplo, uma obra interdisciplinar que envolvia seis componentes curriculares foi analisada por seis avaliadores das áreas específicas e por um avaliador de coleção.
- as obras regionais com proposta pedagógica disciplinar ou interdisciplinar foram avaliadas segundo os mesmos critérios adotados nos dois casos anteriores, sendo cada título regional analisado por um avaliador procedente do estado ou da região objeto de estudo da obra e por um segundo avaliador de outro estado ou região.
- as obras de uma mesma editora foram analisadas por diferentes avaliadores. (BRASIL, 2010).

O processo avaliativo envolveu aproximadamente 140 profissionais, em um trabalho sobre 65 coleções, sendo 25 de alfabetização; 16 do primeiro segmento; 10 do segundo segmento do ensino fundamental e 14 regionais. Desse total de obras avaliadas, 44 foram excluídas (quer seja por apresentar erros conceituais ou simplesmente por apresentar inadequações ao ensino em EJA), e 21 obras foram aprovadas (Brasil, 2010).

O PNLD EJA 2011 evidenciou, por meio da avaliação, a existência de obras/coleções didáticas com qualidade variada. Há obras de boa qualidade e obras, que mesmo apresentando limitações, atenderam aos critérios de avaliação. Essa situação revela a necessidade de uma produção mais qualificada do livro didático voltado para as especificidades da EJA e de uma postura criteriosa por parte de dirigentes, equipe pedagógica e, especialmente, do professor, no processo de escolha do livro, com a finalidade de permitir a identificação das obras que melhor atendam às necessidades educacionais do ensino público. (BRASIL, 2010).

Para focarmos o olhar sobre a área de matemática, passaremos em seguida a comentar sobre o processo avaliativo das obras didáticas para o segundo segmento do ensino fundamental nessa área, na seleção de obras que realmente pudessem contribuir para o ensino de matemática em EJA.

O Processo de avaliação e seleção dos livros didáticos na área de matemática

Quais as possíveis contribuições do ensino de matemática para os alunos do ensino fundamental de EJA? Esta foi uma das grandes questões que permearam o processo avaliativo da equipe de matemática, tendo por base as várias facetas que pode assumir esse aluno. Algumas ideias já eram certas desde o início do trabalho: as obras voltadas para o aluno de EJA merecem a mesma atenção destinada às obras de ensino em outras modalidades, ou seja, seria feita uma busca por um material de qualidade, que não se apresentasse apenas como uma simplificação/diminuição de conteúdos, ou ainda que apresentasse um tratamento infantilizado ou inadequado ao aluno de EJA.

Mas, afinal, que matemática é relevante para esses alunos de EJA? Fonseca (2007) ressalta que nunca é demais lembrar a importância da matemática para a solução de problemas cotidianos, e que diversas pesquisas têm sido realizadas nesse sentido pela comunidade da Educação Matemática:

Todos esses trabalhos não apenas trazem uma análise da relevância social do conhecimento matemático, como também enfatizam a responsabilidade das escolhas pedagógicas que devem evidenciar essa relevância na proposta de ensino de matemática que se vai desenvolver, contemplando-se problemas significativos para os alunos, ao invés de situações hipotéticas, artificiais e enfadonhamente repetitivas, forjadas tão somente para o treinamento de destrezas matemáticas específicas e desconectadas umas das outras e, inclusive, de seu papel na malha do raciocínio matemático (p.50).

Envolver o aluno de EJA em projetos que tenham significado para ele, ou que seja resposta a uma demanda própria (ou da coletividade na qual está inserido), que respeite e o ajude a expandir seus conhecimentos próprios, pode proporcionar a apresentação da matemática não apenas como uma “ferramenta”, mas sim como uma ciência fundamental em um processo de construção de um indivíduo incluído em uma sociedade que lida com um volume crescente de informações. Dominar as ideias matemáticas pode ser o caminho para a transformação dessas informações em conhecimento.

A vivência social e profissional que o aluno de EJA carrega consigo muitas vezes já lhe forneceu leituras e interpretações dos problemas cotidianos que envolvem conhecimentos matemáticos que, mesmo desejando sistematizá-los ou otimizá-los, já os resolvem, rudimentarmente ou não. Essas constatações nos remetem então à verificação de que a principal contribuição da Educação Matemática é a de integrar-se ao processo de alfabetização e/ou letramento desse neoleitor, proporcionando formas de entendimento e participação ativa (e crítica) do mundo que o cerca.

Como atingir tais objetivos de forma a respeitar as expectativas (e realidades) dos alunos e ao mesmo tempo os parâmetros dos programas oficiais, levou a equipe de

avaliadores da área a verificar a necessidade de que as obras obrigatoriamente apresentassem os quatro blocos de conhecimento (números e operações, espaço e forma, grandezas e medidas e tratamento de informação), propondo sempre que possível a exploração e articulação entre os diferentes pensamentos matemáticos (numérico, algébrico, geométrico, métrico e probabilístico). Afinal, como nos indicam os PCN's elaborados para o ensino regular, mas cujas reflexões podem perfeitamente ser estendidas à modalidade de EJA:

Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouco infraestrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir. Se existem diferenças marcantes, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe também aquilo que é comum a todos, que um aluno de qualquer lugar do Brasil, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, deve ter o direito de aprender e esse direito de vê ser garantido pelo Estado. Mas, na medida em que o princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade para todos, o que se apresenta é a necessidade de um referencial comum para a formação escolar no Brasil, capaz de indicar aquilo que deve ser garantido a todos, numa realidade com características tão diferenciadas, sem promover uma uniformização que descaracterize e desvalorize peculiaridades culturais e regionais. (BRASIL, 1997, p.28).

Era desejável também, que as obras além de garantirem a equidade de conteúdos aos diferentes tipos de alunos, proporcionassem a exploração e articulação adequada dos diferentes registros de representação de objetos matemáticos, problematizando os conceitos a serem trabalhados, estimulando a verificação dos conhecimentos prévios e analisando a aplicação de soluções próprias em diversas situações internas ou não à matemática. Além disso, a incorporação de algumas tendências atuais da área de Educação Matemática e a articulação dos conhecimentos matemáticos com outros campos disciplinares e com experiências do cotidiano eram características que computariam pontos positivos para a obra.

Uma apresentação articulada dos conteúdos, mas também reflexiva e adequada aos objetivos (e séries) do ensino de EJA, significa possibilitar situações que envolvem observação, problematização, experimentação, interpretação e discussão de resultados. Nesse campo de atuação, as atividades poderiam envolver desde reflexões sobre o salário mínimo, até a interpretação de bulas de remédios, passando sobre as discussões do desmatamento de florestas às pesquisas desenvolvidas em períodos de campanha política.

A elaboração dos pareceres obedeceu aos critérios previamente estabelecidos na “Ficha de Avaliação”, sendo apresentado após as sínteses quantitativas e qualitativas da obra⁴, e a análise crítica do parecerista. Após todo esse processo, a conclusão da análise era apresentada em forma de parecer final individual, onde a obra poderia ser recomendada, recomendada com restrições ou não recomendada. A junção dos pareceres de dois analistas

⁴ Para saber mais sobre esses itens, consulte o modelo da ficha com suas referências quantitativas e qualitativas que fazem parte do Guia PNL D EJA 2011.

gerava um parecer consolidado, e só aí entregue ao coordenador da área. Reuniões de coordenadores serviam para a análise dos pareceres consolidados e construção dos textos que seriam finalmente incluídos no Guia do Livro didático.

Considerações finais: um olhar para futuras pesquisas.

Já nos últimos meses de 2010, os professores da rede pública puderam ter acesso ao primeiro Guia do Livro Didático para EJA, para escolher, dentre as obras indicadas, aquela que melhor se adapta ao seu trabalho pedagógico e sua classe de alunos. Esses primeiros meses de 2011 são também os primeiros em que as salas de aula dos cursos de EJA poderão se beneficiar de livros didáticos senão especialmente elaborados para esta modalidade, mas pelo menos com menores margens de erros e com mais possibilidades de contribuir para o binômio ensino/aprendizagem.

Futuras pesquisas poderão apontar em que medida o trabalho desenvolvido e as obras selecionadas contribuíram para a ampliação e o fortalecimento do ensino de matemática para os alunos de EJA. Mas, já consideramos que serão desencadeadas reflexões sobre o desenvolvimento e aprimoramento de materiais didáticos direcionados especialmente aos trabalhos pedagógicos nessa modalidade de ensino que, desejamos tenha como característica principal a perspectiva de proporcionar a emancipação do indivíduo e a universalização do conhecimento.

Referências bibliográficas:

- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Presidência da República, Casa Civil. 1934.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394, 20/12/1996.** Brasília, 1996.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Agenda Social: PDE resgata cidadania e promove transformação social. Mais Brasil Para Mais Brasileiros,** Pr, 01 jul. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD EJA 2011: Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras e coleções didáticas para o programa nacional do livro didático para educação de jovens e adultos.** - Brasília: MEC; SECAD, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2011: EJA /** Ministério da Educação. – Brasília: MEC; SECAD, 2010.
- FONSECA, Maria da Conceição F. R. **Educação Matemática de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 4^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

MELLO, Paulo Eduardo Dias de. **Política de materiais didáticos para a educação de jovens e adultos: reflexões e indicativos**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.